ATA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES DO DIA 10/07/2025

Ver.Ismael diz: A reunião conjunta, 1ª Sessão Legislativa, 40ª Legislatura, 2025-2028, das comissões, tá? Verificação de quórum. Falta só o vereador Xando, que entrou em contato conosco mais cedo, vai se atrasar um pouco. O restante dos colegas se encontram na casa, temos quórum para iniciar a reunião das comissões. Votação da ata do dia 3 de julho de 2025. Se todos os colegas vereadores concordam com a própria, continuem em seus lugares. Todos concordam? Ata aprovada, então, por 7 votos. Processo nº 250221, Projeto e Lei Legislativo nº 13 de 2025. Institui no âmbito municipal de General Câmara a Semana de Combate à Violência contra a Mulher. Dispõe sobre inclusão do tema no currículo escolar de forma transversal nas redes públicas e privadas de ensino. E cria a Sala das Margaridas para atendimento a mulheres vítimas de violência e de outras providências. Este projeto é da colega vereadora Laís e vem com um veto parcial do Executivo. Em discussão. **Vera. Laís diz:** Boa noite,colegas vereadores. Conforme eu disse e já conversei com alguns sobre situação do veto. Eu já conversei com o prefeito, tinha conversado com ele na semana retrasada. Sobre isso, ele disse que ia ver a situação. E eu conversei com ele, com a secretária, com a Tati, que é uma coisa que já deveria existir no município, que é a situação essa da Sala das Margaridas. É uma parceria com o Governo do Estado, porque é um programa já do Governo do Estado. Eu acho que a assistência, iria dar uma assistência à civil, encaminharia para a civil. A Sala das Margaridas, na verdade, nos outros municípios, ela é dentro da delegacia. Então, ela não é fora. Por isso que a gente vai... Eu peço que deixe tramitando o veto para que a gente estude um pouco melhor. E eu quero me informar melhor nos outros municípios, como é feita essa parceria com o município e o Estado. Porque a gente sabe que a assistência não tem condições hoje de dar o suporte com a situação de psicólogo, que teria que fazer a contratação de mais gente, chamar também do concurso. Então, a gente está vendo essa situação. **Ver. Ismael diz:** Pelo que a gente conversou na semana passada, eu, inclusive, depois de conversar com a colega vereadora aqui nas comissões e também no período da sessão, também na questão do espaço e a questão dos dois profissionais que hoje o município é carente. Na verdade, são três profissionais. Então, não sei. Os colegas vereadores concordam de a gente deixar tramitando esse processo? **Ver. Gustavo diz:** Boa noite, colegas vereadores. Primeiro, na primeira parte do projeto, vamos dizer assim, que não teve veto ali, que é dispõe sobre a inclusão do tema no currículo escolar de forma transversal nas redes públicas e privadas de ensino. Excelente proposta, até como aquele dia da palestra de prevenção ao uso de drogas, a gente vê que a prevenção é uma parte muito importante nesses temas, seja drogas, violência, enfim. No entanto, referente à criação da sala, ela é do governo do estado. A sala das margaridas é do governo do estado, é um projeto do governo do estado em algumas delegacias. Então, acho que por isso que veio o veto. Acho não, é por isso que veio o veto. Então, não sei se, por mim, deixar tramitando não tem problema nenhum, até para os demais colegas se esclarecerem sobre o assunto. Mas, enfim, acho que em razão também da estrutura que precisa, deixamos tramitando para os demais colegas verem o que pensam sobre o veto ou não. **Vera. Laís diz:** Eu acho que até, de repente, a parceria poderia ser até com a saúde, ao invés da assistência. Teria que ser, porque a saúde já possui o psicólogo, o que precisa para isso. Então, a sala das margaridas poderia ter na civil, e eles repassarem essas pessoas ou chamarem, de repente, o profissional até a delegacia para que tenha o atendimento. O profissional que já existe no município, no quadro. Mas daí eu

que a gente pode estudar melhor essa situação do veto e para a gente poder ter certeza também que não vai criar nenhum problema aqui ao município para ninguém. **Ver. Matheus diz:** A bancada concorda que fique tramitando na Casa. **Ver. Ismael diz:** Então, processo 250221, Projeto de Lei nº 13, que vem com o veto parcial do Executivo, continua tramitando na Casa Legislativa. Próximo processo, processo nº 250 274, PLE nº 28, de 2025. Autoriza a doação de bem imóvel do município de General Câmara à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE General Câmara. Esse processo, ele vem do Executivo Municipal. Está aberta a discussão, colegas. **Ver. Gustavo diz:** Esse processo foi uma indicação que eu tive a felicidade de fazer, mas embora eu sei que a questão da APAE ali é uma pauta de todos os vereadores aqui, todos já ajudaram de alguma forma ou de outra, seja com emendas, seja em parcerias de eventos, enfim. E eu não sei se algum vereador viu alguma questão a ser discutida referente ao projeto, se já analisaram o projeto ou não, mas nós entramos em um recesso agora, e se puder contar com o apoio dos colegas para que seja votado hoje também nesse projeto, para não demorar tanto. A gente sabe que tem trâmite burocrático para transferência do imóvel, e eu solicito que seja votado hoje esse projeto. **Vera. Laís diz:** Eu, só para contribuir, sou parceira, por mim pode votar hoje, não tem problema nenhum, porque a gente sabe a falta que faz ali, o espaço é pequeno, o pessoal da APAE, e todo o suporte que a APAE dá ao município. Olha a quantidade de alunos que temos ali na APAE. Então precisa realmente desse espaço maior. **Ver. Matheus diz:** A bancada do MDB também é de acordo com que possamos repassar esse espaço, que realmente vai fazer grande diferença para aquelas crianças, e com certeza estaremos sempre na luta para que possamos melhorar também as condições do prédio. Como o vereador falou, estamos atrás de emendas, todos sempre buscando melhorar as condições de trabalho dos professores, e principalmente para os alunos, que são quem mais precisa no município da questão da APAE. **Ver. Ismael diz:** Então vai a voto o processo, já na sessão de hoje à noite. Eu quero agradecer às bancadas pelo bom senso da gente poder colocar o processo 028-2025 em votação ainda esta noite. Próximo processo, processo número 250288, PLE número 29 de 2025. Institui o Sistema Municipal de Turismo de General Câmara, revoga a lei número 2.177-2019 e da outras providências. Esse processo também vem do Executivo Municipal. **Ver. Gustavo diz:** senhor secretario eu não sei, como líder de governo, solicito que seja votado hoje, em razão do recesso que nós temos aí. É um projeto importante, é um projeto que vem regulamentar. Já tinha normas, mas, por exemplo, a comissão de cultura e de turismo não se reunia tanto. Então ele vem com essa ênfase de regulamentar e simplificar também o sistema de turismo. **Ver. Ismael diz:** As bancadas concordam com a ida desse processo à voto hoje à noite? Segundo assessoria jurídica da casa, parecer do IGAM favorável? **Vera. Laís diz:** A bancada PSDB é a favor de a voto, sim. Até porque nós vamos entrar em recesso. Então tem coisas que a gente não pode ficar segurando e que faz falta daqui uns dias para o município. **Ver. Matheus diz:** A bancada MDB também concorda, a bancada progressista concorda. Agradeço também as bancadas e o processo 29 de 2025, 250.288, que institui o Sistema Municipal de Turismo de General Câmara, revoga a Lei nº 2.177, de 2019, vai à voto também na noite de hoje. Próximo processo, processo nº 250.289, PLE nº 30, de 2025. Autoriza o Poder Executivo a realizar cessão de uso de um trator agrícola à associação de produtores rurais do Pagador Martel e das outras providências. Esse processo também vem do Executivo e foi discutido ou comentado semana passada. E eu abro a discussão aos colegas agora na reunião das comissões. **Vera. Laís diz:** Esse projeto foi a patrulha agrícola que o deputado Lucas destinou lá para o Pagador Martel e precisava, na verdade, teria que ter

vindo antes, quando a gente entregou o trator, ter vindo antes o projeto para casa para autorizar. Então, agora chegou na casa, peço para que os colegas, os vereadores, que a gente já vote também hoje esse projeto. **Ver. Gustavo diz:** Pois, então, a questão do Igan, até que um dia chegou, acho que tem um probleminha nesse parecer no entendimento. A cessão, cessão e permissão, que foi o que o Igan falou, autorização. O que acontece? A associação vai ter responsabilidade sobre esse trator. Então, a cessão é o documento, vamos dizer, o documento forte para ela utilizar esse trator, porque se aconteça algum dano, seja, sei lá, criminal, enfim, aconteça um acidente, a autorização, se tiver uma autorização ou uma permissão, o município responde. Agora, na sessão, é a associação que é responsável. É por isso que o sessão de uso é um documento muito mais forte, inclusive para a associação. Então, teve um parecer do Igan, parece, que dizia que era autorização e não cessão. Eu entendo que é cessão, da mesma forma que sempre foi feita. **Vera. Laís diz:** Na conversa, e o contrato já foi até assinado pelo presidente da associação, no contrato ficou bem específico. A primeira manutenção, a revisão, era a prefeitura que vai dar, e as demais revisões é a associação que vai arcar. Estragou uma peça, alguma coisa? Isso já tem dentro da associação mesmo. A vereadora Luisa pegou para usar o trator e estragou com ela. Ela que vai ter a manutenção do trator. Isso já foi feito dentro mesmo da associação. Um regimento deles para o uso do bem. **Ver. Gustavo diz:** Até porque na cessão, eles podem fazer esse conserto. Uma autorização ou permissão, não poderia. A mesma coisa, permitir que a Câmara de Vereadores utilize o carro da prefeitura para os vereadores se deslocarem a algum lugar. Não poderia exigir à cobrança de manutenção alguma coisa pela Câmara de Vereadores. Poderia ser indenizado, que é um pouco diferente. Enfim, é só uma questão que eu vi com o Igan também. Da minha parte, sim. **Ver. Ismael diz:** Bancada Progressista concorda? Bancada MDB concorda? Bancada PSDB concorda? Processo número 250.289, PLE número 30, que autoriza o Poder Executivo a realizar cessão de uso de um trator agrícola à Associação dos Produtores Rurais do Pagador Martel, vai a voto também na sessão de hoje à noite. Processo número 250.290, PLE número 31 de 2025, autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 2.000. Esse processo também vem do Executivo Municipal. Ele é um crédito especial, Secretaria de Administração e Gabinete, no valor de R$ 2.000, por os dois últimos agora. Dotações orçamentárias, Secretaria Municipal de Administração, devido ao recebimento de duas emendas impositivas para o Sindicato dos Funcionários Municipais. Algum colega vereador que passou algum recurso para o Sindicato. Dos municíparios. Foi do vereador Matheus, então. Então vamos colocar em voto. Bancada Progressista concorda. Bancada PSDB concorda. Bancada MDB concorda. Um crédito no valor de R$ 2.000, será colocado hoje à noite também, o processo número 250.290, PLE número 31 de 2025, vai a voto. Próximo processo. Processo 250.291, PLE número 32 de 2025, concede isenção de ITBI às pessoas beneficiadas pelo Programa Compra Assistida, FAR, calamidade, ambos da Caixa Econômica Federal, CFE da Outras Providências. Esse processo vem do Executivo Municipal e ele tende a beneficiar as 14 famílias e mais, eu acho, 16 que foram do interior, se podem me passar com certeza. Eu tenho certeza de 14 que foram listadas pelo Governo Federal para a Compra Assistida aqui de dentro da sede do município. Esse processo vem com pedido de urgência, só que há pouco chegou um parecer do IGAM, e ele diz que faltam algumas compensações dentro do processo, e ele precisa buscar em outra fonte e mostrar que vai substituir financeiro desse processo. A gente sabe da necessidade, inclusive, eu acho que o Gustavo foi procurado pelo Executivo, a gente sabe da necessidade para facilitar a compra, porque está difícil, a gente sabe. Até agora, eu acho que foram adquiridos 13 imóveis à

Caixa Econômica Federal, e claro, eu não vou falar aqui, mas eu acho que os colegas sabem o que está acontecendo junto ao Governo Federal. Abriu, e eu acho que faltou, e a gente sabe que dentro das pedidas da Caixa, as casas não estão adequadas. E aqui em General Câmara parece que apareceram agora três ou quatro casas, e só está faltando a questão do ITBI para fecharem o negócio. Então, foi um pedido que foi feito ao Executivo, o Executivo passou para nós com urgência, e eu acho que nós vamos ter que fazer com que esse processo volte ao Executivo, e nem que a gente faça uma extraordinária, foi o que eu comentei aqui com a Júlia agora, nos próximos dias, porque a gente sabe da necessidade... **Ver. Gustavo diz:** Se retirar o projeto, pode pedir extraordinária, pode vir o projeto em extraordinária. **Ver. Ismael diz:** Ele retira amanhã o projeto e nos manda o projeto com as alterações. **Ver. Gustavo diz:** Na verdade, essa compensação, pode dizer, o aumento do IPTU, essas questões só que têm que ser comprovadas.**Ver. Ismael diz:** Até a média de valor a gente tem, Gustavo, que é 200 mil. Não passa de 200 mil o valor do imóvel. Então, por dentro desta média, eu acho que foi o que faltou, pelo menos foi o que a gente achou, né, Júlia? **Ver. Gustavo diz:** Não, o ITBI é 2% escalonado. Não, dá 2 mil. Já que é para essa compra assistida, o cálculo tem que ser feito com base nas casas possíveis de ser adquiridas por base do FAR. Então, se são 14 mais 16, vai dar 30. Aí, como tu falou, 200 mil... Tem que demonstrar esse impacto. Eu acho que não tem como a gente votar sem esse impacto. **Ver. Matheus diz:** É, até porque nós estamos seguindo orientação. Todas as vezes a gente usa o IGAM para nos orientar. Eu mesmo retirei projetos, já porque o IGAM deu para ser negativo. Seria uma incoerência da nossa parte votar num projeto onde o IGAM nos orientou que não votasse, que não estava condizente com as leis vigentes. **Ver. Ismael diz:** Isso que eu e a Júlia pensamos também. Eu acho que a gente pode amanhã já repassar esse processo ao Executivo, para o Executivo já tratar de regularizar ele. E se a gente tiver que vir aqui, sem problema nenhum, eu acho que não tem problema nenhum dos colegas, a gente vem aqui para... A gente sabe que é uma ação boa, uma ação que necessita, e a gente sabe também da dificuldade que está sendo a compra de imóveis. E que bom, porque a gente sabe que até agora foram adquiridos dois... Eu quero passar aqui para os colegas. Foram adquiridos dois imóveis, e os dois imóveis que foram adquiridos foram fora do município. Então, isso é ruim para a gente. Então, que bom que apareceram quatro imóveis aqui no município, dentro do padrão caixa, que a caixa vai liberar, e parece que faltou só essa questão do ITBI. **Ver. Matheus diz:** É, e realmente é um grande problema que nós temos, até para financiar os imóveis particulares, não só esses da compra assistida, na caixa, tem um grande problema, General Câmara, porque a margem do nosso município, eu não sei por que em São Jerônimo, tem um valor totalmente maior de financiamento para uma residência do que General Câmara. General Câmara, até pouco tempo atrás, era, se eu não me engano, uns R$ 180 mil ou R$ 200 mil. Já era esse valor. E São Jerônimo passava para R$ 350 mil, é uma coisa assim, a escala é muito diferente. Não sei se é proporcional pela renda ou... Não entendi. Até quando vai na caixa, é bem complicado o atendimento deles. Por isso que a gente sabe que se não tiver tudo certinho, não vai passar mesmo. **Ver. Ismael diz:** Então, sobre o acordo de todas as bancadas, vamos deixar tramitando, não. Vamos pedir que esse processo volte ao Executivo com maior urgência para que volte também com a mesma, para a gente poder colocar em votação, nem que seja em uma extraordinária, nos próximos dias. Então, colegas vereadores, era o último processo que eu tinha para fazer a leitura na noite de hoje. Agradeço a presença de todos e encerro, neste momento, a reunião das comissões desta quinta-feira.

VER.ISMAEL LIMA DA SILVA

PRESIDENTE DA CCJ